

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte Correio Brasileiro Class.: NO ANAS GERAL
Data 24.06.92 Pg.: 212

INSS constata fraude em pensões de índios

Isabel de Paula

Cerca de 900 índios idosos estão em São Gabriel da Cachoeira (AM), sob grandes dificuldades, sem receber seus benefícios do INSS. Segundo Orlando Baré, da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia (Coiab) o pagamento está suspenso desde maio, época da abertura da auditoria do Instituto que constatou fraudes nas aposentadorias. A juíza Onilza Silva pediu ao superintendente regional do INSS, Ubalino Meireles, a liberação temporária dos benefícios e maior prazo para que os índios apresentem a documentação legal exigida.

Segundo Meireles, desde o último dia 5 foi transferido o dinheiro à Empresa de Correios e Telégrafos (ECT), responsável pelo pagamento dos aposentados. "Não sei por que até agora eles não receberam", diz. Mas a juíza afirma que o pagamento foi interrompido devido à auditoria, causando grandes transtornos aos aposentados que vêm de longe.

São Gabriel da Cachoeira centraliza o pagamento, via Banco do Brasil e Banco do Estado da Amazônia, a índios de 470 comunidades da região do Alto Rio Negro. Muitos viajam 300 ou 400 quilômetros, cruzando rios e igarapés em barcos a remo, e quan-

do chegam na cidade não recebem o dinheiro. "Eles estão há semana na cidade, alguns passando fome, à espera do pagamento", denuncia Maximiliano Menezes, da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN).

Lideranças locais, reunidas no último fim de semana na cidade, decidiram entrar com um mandado de segurança contra o INSS para garantir o pagamento dos benefícios e um melhor atendimento aos índios. Reclamam que o INSS abandonou o serviço, transferindo responsabilidades aos funcionários dos Correios. Em documento divulgado pela Coiab e FOIRN essas lideranças acusam a Fundação Nacional do Índio (Funai) e a Prefeitura de omissão.

Segundo Baré, depois da constatação de fraudes na região, o INSS passou a exigir certidões de batismo dos índios para comprovar suas reais idades. "As certidões custam Cr\$ 60 mil e a maioria dos índios não tem como pagar", diz. O maior problema é que muitos deles não foram batizados porque não são católicos.

Os índios não têm muitas informações sobre as fraudes. Menezes conta que "muita gente do INSS fazia aposentadoria de índios aumentando a idade deles".

Cartório fornece dados falsos

Uma auditoria feita pela Superintendência do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) do Amazonas detectou fraudes em metade das aposentadorias de índios analisadas na região do Alto Rio Negro. Do total de 900 benefícios, 29 já foram cancelados. A juíza Onilza Abreu da Silva, de São Gabriel da Cachoeira, onde funciona a central de pagamento aos índios idosos, decidiu pedir o afastamento da titular do cartório público, Maria das Graças Gonçalves. O cartório forneceu a maioria dos documentos irregulares.

A auditoria foi realizada entre 18 de maio e 13 de junho. Nela foram constatadas irregularidades como o recebimento de pensão de marido vivo, procurações de beneficiários que já faleceram e aposentadoria por invalidez cujo pedido foi negado pelo INSS. O cartório está envolvido com a liberação de várias certidões de nascimento de uma mesma pessoa e de documentos com idade adulterada ou reconhecidos ilegal-

mente. O INSS encontrou ainda casos de aposentadoria de casal concedida antes da lei que permitiu tal benefício à mulher.

Na avaliação da funcionária Maria das Dores Ferreira, que trabalhou na auditoria, "pelo menos metade das aposentadorias deverá ser cancelada". A juíza Onilza Silva baixou uma portaria determinando a abertura de sindicância no cartório do município para apurar a fraude. Além da diretora outros funcionários do cartório estão sujeitos a responder processo administrativo.

"Funcionários do INSS também podem estar envolvidos com a concessão irregular de aposentadoria a índios", desconfia a juíza. O superintendente regional do INSS, Ubalino Meireles, prefere não falar enquanto não for concluída oficialmente a auditoria. Ele admite a existência de fraudes e promete entregar o relatório final preparado pelo auditor Jorge da Silva Torres até o fim desta semana. A juíza está analisando todos os processos de aposentadoria.